

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O paradigma criado por este trabalho foi o da delimitação das serras. Toda esta geografia das serras (Orografia), assenta em dois pilares: a definição ou conceito de serra e os critérios para a sua identificação no espaço. As serras até agora eram entidades geográficas quase abstractas do ponto de vista cartográfico, sem limites claramente estabelecidos ou nem sequer identificadas. Passaram a ser definidas com limites concretos, aos quais foram associadas características para a identificação de cada uma com o nome, localização precisa, características morfométricas e categoria hierárquica nos vários aspectos considerados neste domínio nomeadamente no tamanho e grau de acidentação. Houve que tomar opções, discutíveis, que poderão ser aperfeiçoadas ou mesmo substituídas no sentido da melhoria desse “bilhete de identidade” das serras. Seja como for, criou-se esse paradigma e as serras passam a ser elementos geográficos localizáveis e concretos. Passou-se de uma entidade qualitativa algo subjectiva para outra quantitativa, mensurável e não abstracta, pelo menos nos seus limites. Pode questionar-se esta opção, mas o termo e a identificação cartográfica existem: não pode haver elementos geográficos que não possam ser localizados, com um mínimo rigor, para a sua identificação no território. Na realidade uma serra até agora, na cartografia, era um elemento espacial com localização linear (considerando-se o topónimo como uma representação linear). Tratava-se de uma questão que nos pareceu ter de ser resolvida...dar limites a nomes que correspondem a áreas e volumes e não a pontos ou a um espaço abstracto ocupado por um texto que os pretende tenuemente localizar.

Dada a disparidade de dimensões tanto altimétricas como planimétricas, foi possível organizar, segundo determinada perspectiva, um novo paradigma na classificação orográfica e distinguir os diferentes tipos consoante a sua grandeza conforme conceito estabelecido. Por exemplo, do elemento mais pequeno para o maior, adoptar uma sequência do tipo: Colinas->Serras->Montanhas->Cordilheiras. Colinas como conjuntos de pequenos montes; Serras como conjuntos de montes até determinadas dimensões; Montanhas como conjuntos de serras de grande dimensão e, Cordilheiras como conjuntos de montanhas. É claro, que a adopção desta perspectiva levaria ao estabelecimento de novos limites com ajustamento/refinamento de critérios, novos sub-conjuntos, o que certamente entraria em confronto com a maior parte da toponímia já existente, como aliás já sucedeu

em parte neste trabalho, mas o compromisso inicial foi o de ir ao encontro da toponímia existente – validando-a, rejeitando-a ou reajustando-a, mas, sobretudo, delimitando-a - e propondo novas entidades quando aquelas eram anónimas. Mas, do ponto de visto do geógrafo, seria certamente um passo em frente na organização hierárquica e ontológica da orografia portuguesa. Por outro lado, semelhante opção, careceria de um enquadramento num contexto global para que fizesse sentido não só em relação a Portugal Continental, mas em todo o planeta. Nesse caso, seria necessário estudar a necessidade de redefinir as categorias indicadas e até encontrar soluções para classificar. Certamente, também, seria necessário adaptar o sistema classificativo a casos particulares como é o caso de alguns relevos vulcânicos ou mesmo grandes vulcões que, pela definição de serra, ficariam excluídos por serem muitas vezes montes singulares ainda que enormes. Recorde-se que no Continente, apesar de haver algumas poucas serras que devam a sua existência a estruturas vulcânicas, não há vulcões propriamente ditos, como por exemplo acontece sobretudo nos Açores.

Na questão da dimensão das serras e no estabelecimento de uma hierarquia neste sentido, a integração do conceito de serra com a complexidade das formas obrigou a uma série de testes, à experimentação de indicadores e elaboração experimental de índices que fossem de algum modo capazes de transmitir essa noção relativa de tamanho inicialmente desejada e de um modo tão claro e objectivo quanto possível. Neste aspecto, apesar de, na nossa perspectiva, ter sido conseguido, de forma sólida, estabelecer uma hierarquia das serras quanto à sua dimensão, tal só sucedeu após a aplicação de pré-condições que permitiram isolar as maiores serras pois, antes, foi necessário estabelecer o que seria essa “dimensão” como conceito aplicado que permitiria identificar as variáveis que, de uma forma integrada, acabariam por permitir materializá-lo através da cartografia, tendo então surgido o índice “*grandeza*”, ao qual ainda foi preciso fazer reajustes em função da interpretação empírica dos primeiros resultados, por forma a identificar as maiores serras de todas. Por outro lado, dos diversos indicadores parciais, não se conseguiu obter certezas. Ou seja, quando se elabora ou se usa um determinado indicador para se estabelecerem padrões que se vislumbra previamente que possam permitir retirar conclusões acerca de determinado aspecto em função do valor desse indicador,

espera-se que no final possa existir uma correspondência, tão inequívoca quanto possível, de um valor a um aspecto particular, tanto em termos absolutos como relativos. Na realidade, o sucesso, neste campo, não foi grande, pois a complexidade das formas não o permite: os indicadores e índices apresentados já são fruto de uma pré-selecção de entre vários, que teve por base a possibilidade dos valores em cada um terem algum significado nos vários domínios objectivados, ainda que, mais nuns casos que noutros, não permitissem estabelecer regras objectivas ou absolutas, mas que ainda assim se pudessem considerar axiomas com alguma sustentação.

Neste aspecto, considera-se que se estabeleceu uma base a partir da qual pode ser desenvolvido trabalho de investigação nos diferentes aspectos tratados, nomeadamente na afinação de índices e indicadores, na sua utilização em estudos geomorfológicos ou de Geografia em geral, ou até para o ordenamento do território no que diz respeito à delimitação de áreas de interesse administrativo, turístico, cultural, estratégico ou mesmo no domínio do risco, como por exemplo para o estabelecimento de planos de combate a incêndios, etc.. A formalização dos nomes e limites correspondentes das serras é agora possível e desejável e Portugal será o primeiro país a fazê-lo se para tal houver vontade.

